

## HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO TRABALHADOR ESCRAVIZADO NO RIO GRANDE DO SUL

*Mário Maestri\**  
maestri@via-rs.net

RESUMO: O artigo analisa a minimização e a exclusão dos cativos nas representações historiográficas no Império e na República, apesar da sua importância no passado sulino. Discute a restauração historiográfica e seu sentido, de 1930 até hoje, do papel do africano e do afrodescendente cativo no Sul, a partir dos principais ensaios sobre o tema em português.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia, escravidão, história do Rio Grande do Sul.

### O TRABALHADOR NEGRO: HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES

No Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, encontra-se um painel das etnias formadoras sulinas, pintado, nos anos 1950, pelo artista italiano Aldo Locatelli, a partir da visão historiográfica dominante sobre o passado sulino. No alto do painel, à esquerda, um oficial lusitano domina montado o conjunto, assim como dominou historicamente aqueles territórios. No centro superior, com as ruínas das Missões como fundo, destaca-se o nativo guarani, de lança à mão, em repouso. Ainda no alto, no canto direito, bandeirantes paulistas e lagunenses penetram o Sul desconhecido. No canto inferior direito, sustentando o conjunto, colonos-camponeses labutam o solo, enquanto uma imigrante amamenta o filho nascido na nova terra.

A alegoria de Locatelli não deixa dúvidas sobre o senhor da terra. O gaúcho aparece quatro vezes e ocupa o centro da composição na figura do domador, a domesticar o animal que simboliza a terra selvagem. Aldo Locatelli (1915-1962) pintou sua alegoria poucos anos após chegar da Itália, em 1948. Ele retratou a visão erudita dominante da história entranhada no imaginário sulino, onde não há lugar para o negro escravizado,

---

\* Professor da Universidade de Passo Fundo.

visão alimentada e ampliada pela historiografia tradicional. A contribuição dos diversos grupos étnicos para a formação do Rio Grande do Sul é um fenômeno histórico objetivo. Ao contrário, a identidade étnica sulina constitui uma apreciação subjetiva das diversas comunidades formadoras. A maioria dos rio-grandenses acredita que o estado seja produto do esforço do homem livre, luso-brasileiro e, sobretudo, ítalo-germânico. A visão mítica desqualifica e ignora a contribuição dos africanos e dos afrodescendentes à formação social sulina.

Nos séculos XVIII e XIX, no Sul, as roças de subsistência, as plantações, os criatórios, as charqueadas, as olarias, o transporte aquático, as aglomerações, a produção artesanal-manufatureira e outras atividades empregaram cativos. Hoje há consenso sobre a importância da escravidão na antiga formação social rio-grandense. Em 1780, após a reconquista do Rio Grande, ao iniciar-se a produção charqueadora de porte que potencializou a criação do gado vacum, o “Mapa do Tenente Córdova” anotava que os cativos eram quase 30% da população. Praticamente até a Abolição, o Rio Grande do Sul encontrou-se entre as principais províncias escravistas. Após a interrupção do tráfico, a população cativa teria crescido em números absolutos até 1874 (MAESTRI, 2006; CONRAD, 1975).

### História e memória

Não foi idêntico o processo de inserção dos diferentes grupos étnicos na sociedade sulina. Alguns grupos chegaram ao Sul como colonizadores e dominadores, outros foram colonizados e escravizados. No ápice da pirâmide social colonial, localizavam-se os grandes proprietários de terras e de cativos, habitualmente brancos e não raro portugueses natos. No sopé, encontravam-se os cativos crioulos e africanos. Entre os dois pólos, o branco, racialmente “excelente”, e o negro, etnicamente “degradante”, conhecia-se uma rica graduação policrômica. O escravismo dominante desqualificava etnicamente o africano e o afrodescendente e valorizava o europeu.

A hierarquização étnica escravista colonial explica a origem, a difusão e a funcionalidade do racismo antinegro. O racismo gerado pelo escravismo e sua posterior recuperação pelo capitalismo não explicam o sentido e o processo de desconhecimento/minimização da contribuição do africano e do afrodescendente cativos no Sul. As classes dominantes de outras regiões de raízes escravistas integraram a participação do negro-africano em interpretações regionais mitificadas e classistas.

Sobretudo durante o século XIX, os fazendeiros mantiveram a hegemonia regional, elaborando as representações originais sobre a formação regional. Nesse período, o Sul foi identificado, em forma apologética, ao meio, aos homens e aos processos relacionados ao pastoreio latifundiário. Devido à pobreza relativa da economia regional, à depressão político-ideológica das classes pastoris após a derrota na Guerra Farroupilha e a outros fatores, as representações regionais tardaram a ser sistematizadas. As primeiras obras historiográficas surgiram no final da escravidão, quando se fortaleciam as idéias científicas, positivistas, pró-capitalistas e de determinação da sociedade pelo meio e pela raça.

#### O CATIVO E A PRIMEIRA HISTORIOGRAFIA SULINA

Os primeiros trabalhos historiográficos dos fins do século XIX dispunham sobretudo de três ensaios de interpretação sistemática sobre o Sul: os *Anais da Província de São Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, de 1819; as *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*, de Antônio José Gonçalves Chaves, de 1822, e a *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, de Nicolau Dreys, de 1839 (PINHEIRO, 1978; CHAVES, 1978; DREYS, 1990). O diário da viagem do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire no Rio Grande do Sul, em 1820-1821, apesar de não ter influenciado esses primeiros tratados, devido à sua tardia edição na França, em 1887, é um rico registro das visões eruditas da época sobre o cativo no Sul (SAINT-HILAIRE, 1974).

#### Os *Anais* de José Feliciano Pinheiro

Propõe-se que a historiografia sulina tenha nascido com os *Anais* de José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847). Essa obra constitui a primeira história do Rio Grande do Sul, extremo-sul da América portuguesa, escrita sob a ótica do Estado lusitano. Não se trata propriamente de uma historiografia brasileira ou sulina, mas de um trabalho sobre a Região Sul do Brasil. O aditamento e a adaptação às sensibilidades dos rio-grandenses, cidadãos do império brasileiro, vinte anos após a edição original, facilitaram o desconhecimento dessa sua característica.

José Feliciano nasceu em Santos, em 1774, filho de português e de paulista abastados. Em 1792, partiu para Coimbra, formando-se em Direito Canônico. Com as finanças familiares abaladas, estabeleceu-se em Lisboa, trabalhando como tradutor. Em 1800, partiu para o extremo-

sul da colônia lusitana, para fundar e ser juiz da alfândega das capitâneas de São Pedro e Santa Catarina, sinecura que manteve até 1837 (PINHEIRO, 1978, p. 17-34).

Os *Anais* nasceram da primeira relação de Feliciano com o sul da colônia. A obra, escrita em um período em que o autor era burocrata do império lusitano, foi editada três anos antes de 1822. Em 1821, Feliciano foi eleito por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul deputado à Constituinte portuguesa, tendo sido o único deputado brasileiro a jurar a Constituição lusitana. Ao voltar para o Brasil, após 1822, alinou-se ao príncipe português. Deputado à primeira Constituinte pelo Sul, apoiou o golpe imperial de 1823, sendo designado presidente do Rio Grande do Sul (1824-1826), ao arripio dos brios liberais regionais. Sua estrela feneceu durante a Regência devido à adesão a Dom Pedro. Morreu, em 1847, em Porto Alegre.

#### Historiador racionalista

José Feliciano foi historiador na acepção da palavra, participando da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. Formado sob o influxo do movimento de restauração liberal-conservadora do império lusitano, produziu uma obra racionalista apoiada na crítica da documentação e infensa ao providencialismo. Nos *Anais*, empreendeu a história política do Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista do Estado lusitano. Referiu-se à fundação de Sacramento e de Rio Grande, aos tratados e confrontos políticos. Sua periodização da história sulina teve longa vida.

Na descrição “topográfica” do Rio Grande do Sul e em outras passagens, sua apologia da terra acompanha a literatura tradicional lusitana. Não se tratava do olhar nativista de filho da terra, por nascimento ou adoção. Os *Anais* apresentam o Rio Grande do Sul, sobretudo, como produto lusitano. Não há narrativa sobre as singularidades da região e de seu povo. Feliciano refere-se amiúde aos nativos, devido à sua oposição à conquista, mas não destaca a produção pastoril, a fazenda, o fazendeiro, o gaúcho etc.

Na primeira edição, há uma rápida referência aos “habitantes” livres do Sul, definidos como “inertes e vários, e de natural ferino”, e uma afirmação de que o interior era dominado pelos “roubos, mortes e atentados”, devido aos “poucos progressos” da “moral”, das “leis” e do “espírito de sociedade”, nascidos do “ruim fermento” da população original, forma-

da, segundo ele, pelo “enxurro da nação”. Os poucos “casais” açorianos teriam “emigrado”, por descumprimento das promessas públicas. Em razão da “inércia” da estância, seu habitante conheceria a “moleza, a ociosidade e a devassidão”, motivo de “misérias” e baixa “multiplicação da espécie humana”.

Feliciano anatematiza o churrasco ao acusar o “estancieiro” e o “charqueador” de “insensibilidade” para com o “espetáculo da dor e da morte”, motivada pelo hábito de “despedaçar” a “cada passo uma rês”. Os “devoradores de vianda em geral” seriam “mais cruéis e ferozes que os outros homens”. A ausência de referências ao cativo não surpreende. Os *Anais* eram uma obra clássica dedicada aos grandes feitos e aos processos políticos.

#### Gonçalves Chaves: primeiro economista sulino

Antônio José Gonçalves Chaves nasceu em Portugal, indo trabalhar jovem na colônia como caixeiro (CHAVES, 1978, p. 216-217). Ao escrever as *Memórias*, morava havia dezesseis anos no Brasil e era rico charqueador, em Pelotas. Homem de sólida cultura, participou do primeiro Conselho Geral da Província (1828), da primeira Câmara Municipal de Pelotas, da primeira Assembléia Legislativa sulina (1834). Morreu afogado, em 1837, na baía de Montevidéu, onde estabelecera sua charqueada (FRANCO, 1978, p. 15-18).

As *memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil* são constituídas por textos emblemáticos escritos em 1817-1822 e publicados em 1822-1823 – “Sobre a necessidade de abolir os capitães-gerais”; “Sobre as municipalidades, compreendendo a união do Brasil com Portugal”; “Sobre a escravatura”; “Sobre a distribuição de terras incultas” e “Sobre a Província do Rio Grande de São Pedro em particular”. Liberal exaltado, Chaves espinafra o despotismo, elogiando o constitucionalismo popular e o direito de eleição do presidente da província, grande causa das rebeliões regionais de 1817 a 1845 (CHAVES, 1978, p. 42-43 e 29).

O grande destaque do trabalho de Chaves é a crítica à escravidão, na terceira memória, apoiada nos avanços da “economia política” burguesa, permitidos pelo domínio do trabalho livre na manufatura européia. O fato de administrar trabalhadores escravizados lhe teria facilitado desenvolver uma crítica radical e precoce da economia política da escravidão colonial. Chaves empreende, sobretudo, sua crítica no plano da

“economia política moderna”, apresentando a “escravidão” americana como “sistema” socioprodutivo, semelhante ao “feudalismo” e ao “capitalismo”, “reanimado” pelas nações européias na América. Assinala a mesma determinação tendencial do comportamento dos negreiros americanos, fossem quais fossem suas nações, pelas “circunstâncias” postas pela escravidão (CHAVES, 1978, p. 59, 60, 58, 71).

Chaves apresenta a escravidão como “sistema” econômico-social que submetia, pela coação, o produtor direto a condições despóticas. Desqualificando-o intelectual e moralmente, retirava-lhe o incentivo ao trabalho, comprometendo, assim, o avanço tecnológico. Assinala a desacumulação tendencial ensejada pelo tráfico; a necessidade de altos gastos improdutivo de vigilância dos cativos; a limitação demográfica e a ameaça social da escravidão etc. Associa a liberdade política nacional à liberdade civil da população. Propõe o fim rápido do tráfico e a abolição imediata e, se não fosse realizada, medidas emancipacionistas. Apresenta o africano e o afrodescendente como trabalhadores iguais a quaisquer outros, quando livres. Apesar de acenar às qualidades da imigração européia, destaca a incapacidade de progresso sociointelectual sob a escravidão, integrando os afrodescendentes ao seu projeto de nação (CHAVES, 1978, p. 59-72).

Na última memória, realiza uma descrição sobretudo econômica do Rio Grande do Sul, em que se refere às cidades, população, atividades econômicas etc., apresentando mapas estatísticos. Anota o ingresso, em 1816-1822, de 6.157 cativos. Assinala a existência de 2.098 trabalhadores escravizados nas “charqueadas e povoação” de Pelotas, com valores superiores às casas da aglomeração. Refere-se às exações sesmeiras, aos impostos, aos passos, à produção agrícola, à erva-mate, à criação animal etc. Conclui, tratando do “caráter, usos e costumes” e “inclinações” dos povos da “província”, ou seja, os homens livres ricos e pobres, que seriam “naturalmente generosos, francos e obsequiadores”. Referindo-se, sobretudo, aos gaúchos, afirma serem ótimos cavaleiros, em combate, e desertores, sobretudo quando estavam as “tropas em inação” (CHAVES, 1978, p. 211).

#### Saint-Hilaire: raça, meio e cultura

O francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) foi naturalista e cientista de destaque. Iniciou em 1816 uma longa viagem científica através do Brasil. Retornou à França em 1822, publicando, desde 1830, seus diários. O livro sobre a viagem ao Rio Grande do Sul e ao Uruguai, de 1820-1821,

foi publicado em 1887. Saint-Hilaire era simpático à restauração e compartilhava as visões da hierarquia das raças e determinação dos povos e costumes pelo meio.

A visão da hierarquização racial nasceu da racionalização da exploração colonial, que, sobretudo a partir do século XIX, procurou apoiar-se na ciência. Saint-Hilaire ensaia uma explicação fisiológica para a inferioridade do índio. Para ele, os “negros, raça tão distante da nossa também”, seriam “entretanto superiores aos índios.” O naturalista abona os preconceitos nascidos da produção e do tráfico negreiro sobre a hierarquização das raças africanas: “[...] negros-mina, tribo bem superior a todas as outras [...]” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 164 e 26).

O racismo científico abominava a miscigenação. Saint-Hilaire explica a ingratidão de dois acompanhantes por serem mestiços. Comparando possivelmente as províncias de população maciçamente negra, com a importante comunidade açoriana do Rio Grande do Sul, assinalou que a “maior vantagem” do Sul era sua “população sem mescla”, patrimônio que deveria ser mantido. O mestiço incorporaria as qualidades inferiores das raças dos progenitores: “[...] essas misturas farão a Capitania do Rio Grande perder a sua maior vantagem – a de possuir uma população sem mescla” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 199 e 109).

A visão de Saint-Hilaire do trabalhador negro era pré-moderna. O francês explicava as reações do trabalhador escravizado como decorrentes da raça; Chaves apontava-as como causadas pela escravidão: “Os negros são naturalmente pouco ativos; quando livres só trabalham o suficiente para não morrerem de fome [...]”. Relacionando certamente as condições de existência dos cativos pastoris com os das plantações agrícolas, afirma que não havia “lugar onde os escravos” fossem “mais felizes” do que no Sul, onde os “senhores” trabalhariam “tanto quanto os escravos”, manteriam-se “próximos deles” e os tratariam “com menos desprezo”. O “escravo” comeria “carne à vontade”, não andaria “a pé” e sua ocupação seria “galopar pelos campos”, coisa mais “sadia que fatigante” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 80 e 47).

Saint-Hilaire corrigiu a avaliação positiva da escravidão sulina ao conhecer as charqueadas, onde os cativos eram “tratados com rudeza”, o que se deveria, segundo ele, ao fato de serem “em grande número e cheios de vícios”. Ele viajou pelo Sul, em 1820-1821, no final de seu longo périplo pelo Brasil. Suas apreciações sobre a província foram mediadas pelo que vira, ouvira e avaliara em outras regiões onde, não raro, a escravidão colonial era bem mais abundante. Desde Napoleão, a escravidão fora

restabelecida nas colônias francesas. Suas avaliações apoiavam-se nos pressupostos colonialistas franceses e escravistas luso-brasileiros (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 73).

### Nicolau Dreys

Nicolau Dreys nasceu em 1781, na França. Militar e funcionário bonapartista, viajou ao Brasil após 1815, dedicou-se ao comércio, conheceu diversas províncias, viveu no Sul de 1817 a 1827. Dreys publicou sua *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, em 1839, no Rio de Janeiro, onde faleceu, em 1843.

Sua obra constitui um relatório abrangente do meio geográfico, dos centros urbanos, da população, dos costumes e da economia provincial. É uma narrativa focada na economia e sociedade, sem concessão à retórica e ao maravilhoso. Sobre as “minas”, lembra que, após grandes “esperanças”, viu-se que se tratava de ouro de “baixo toque, e de mina tão superficial” que logo “ficou exaurida”. Lembra que o ouro da região era o pastoreio (DREYS, 1990, p. 5).

Fornecer informação sintética sobre a conformação da população, formada por “duas secções”: “livre” e “escrava”. A segunda era formada por “africanos” e “seus descendentes”; a primeira tinha uma “subdivisão” em “indivíduos em que circula sangue europeu” e os “indígenas”. Disserta sobre o terceiro grupo dos “gaúchos”, “formados originalmente do contato com a raça branca com os indígenas”. Nega a crença do resto do Brasil de que a “população negra” sulina fosse “moralmente péssima” e que “péssima” também fosse “a condição [de existência] dos escravos”. Visão oposta à do cativo privilegiado, dos escravistas sulinos, de Saint-Hilaire e, mais tarde, da historiografia regional (DREYS, 1990, p. 109 e 122).

Afirma que jamais tinha visto no Sul “os escravos nem mais viciosos, nem mais maltratados”. Afirma que o cativo tinha pouco o que fazer nas estâncias e que, nas charqueadas, o trabalho, “mais exigente”, não era “pesado”. Os “negros” seriam bem alimentados, bem vestidos e bem tratados, obrigados apenas a “um serviço usual” e ao “bom comportamento”. Defende que a escravidão era necessária para que o negro não se entregasse às “misérias e aos vícios” e que o cativo submetia-se sem problemas à escravidão na África, mas se rebelava “em todas as mais partes do mundo”. Destaca que ser “soldado” “talvez” fosse a “única profissão” para a qual o “negro” seria “naturalmente próprio”. Refere-se às tentativas e aos perigos de revoltas servis (DREYS, 1990, p. 129).



Dreys retoma temas da apologia escravista luso-brasileira, como a vantagem da escravidão para o africano e de sua submissão ao cativo, já na África. Apesar do caráter ideológico, a informação que fornece enfatiza a contribuição do nativo, do gaúcho e do cativo à sociedade sulina. Como era normal no Império, considerava como “rio-grandenses” apenas os homens livres.

#### A GERAÇÃO DE 1880: O HOMEM, O MEIO E A RAÇA

Em 1868, em Porto Alegre, intelectuais republicanos, liberais e abolicionistas fundaram a Sociedade Partenon Literário. Em 1869, lançaram a revista homônima, com contos, poesias, peças teatrais, comumente de gênero romântico-pastoril. Essa produção contribuiu para a consolidação de movimento ideológico pastoril-regionalista e não comportou trabalhos historiográficos (MARIANTE, 1979).

Três trabalhos, de Alcides Lima, Assis Brasil e João Cezimbra Jacques, assinalam, nos anos 1880, o surgimento de narrativa historiográfica orgânica sobre a formação social sulina, apresentada, sobretudo, nos dois primeiros ensaios, como caso único no Brasil, nascido das particularidades de meio, raça e organização socioeconômica singulares. Os autores sofriam a influência do determinismo geográfico e do racismo científico.

Em inícios dos anos 1880, estudantes rio-grandenses da Faculdade de Direito de São Paulo fundaram o Clube 20 de Setembro para celebrar o republicanismo sulino. Sob encomenda do Clube, em 1882, Alcides de Mendonça Lima publicou *História popular do Rio Grande do Sul* e Joaquim Francisco de Assis Brasil, *História da república rio-grandense*. Os trabalhos associavam as visões tradicionais sobre a sociedade pastoril com o programa autonomista republicano sulino.

Alcides Lima nasceu em Bagé, em 1859, filho de português e brasileira. Abolicionista e republicano, participou da fundação do Partido Republicano Rio-Grandense, no qual militou ativamente nos primeiros tempos. Foi promotor público e juiz de Comarca. No livro aborda a história política sulina, da fundação de Sacramento à independência do Uruguai, obedecendo em geral a periodização e muita idéias da obra de José Feliciano.

O livro destinava-se a ser “introdução necessária” ao trabalho de Assis Brasil, dedicado à Guerra Farroupilha. Nativos da Campanha, os dois jovens influenciados pelo cientificismo republicano participariam,

décadas mais tarde, da oposição liberal-pastoril à hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense que haviam fundado. Alcides Lima descreveu, de forma ufanista, o meio e os recursos naturais e propôs que o Sul transbordasse “de animais”, pondo “a alimentação carnívora ao alcance de todos”. Registra a gênese sulina de “população, rica, culta e independente”, “baluarte contra a tirania”. Na época, o determinismo geográfico e racial era tido como dado científico.

Alcides Lima participa da desqualificação de Saint-Hilaire do mestiço de europeu e nativo e defende que essa miscigenação ocorrera no Sul em “doses mínimas” (LIMA, 1935, p. 30 e 41-50). Para ele, a constituição do povo rio-grandense seria determinada pelo português, pelo açoriano, caracterizado pelo “amor ao trabalho”, pelo paulista, pelo mineiro e por imigrantes alemães, “morigerados e laboriosos”. No Sul, o imigrante teria encontrado o “clima” que lhe era “mais próprio”, idéia habitual nas décadas seguintes. Quando da colonização, o “índio” já se encontraria em “reduzido número”.

No Sul, teria ocorrido a “coincidência feliz da raça povoadora com as qualidades físicas do local. A “vida fácil e folgazã dos campos” e os “exercícios constantes de destreza física e de independência moral” teriam ensejado que o “aparecimento das estâncias” constituísse o “primeiro passo da democracia rio-grandense”, sentida como necessidade pelos “estancieiros livres”. Refere-se, elogiosa e ambigualmente, ao “gaúcho”, que não se confunde com o fazendeiro (LIMA, 1935, p. 97-99, 103-104, 125).

#### Joaquim Francisco de Assis Brasil

Assis Brasil nasceu em São Gabriel, filho de ricos estancieiros descendentes de açorianos. Em 1876-1882, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, foi membro do Clube 20 de Setembro, escreveu *História da República Rio-Grandense*. Participou da pregação republicana, da fundação do Partido Republicano Rio-Grandense, foi deputado provincial e constituinte. Opôs-se à orientação de Júlio de Castilhos ao Partido Republicano Rio-Grandense. Integrou a diplomacia brasileira. Liderou o latifúndio sulino, como candidato à presidente do Estado (1922) e chefe político da Revolução de 1923. Participou da fundação do Partido Libertador em 1929, apoiou a Revolução de 1930 e morreu em 1938.

Assis Brasil abre seu trabalho com uma introdução apoiada no determinismo racial e geográfico, na qual defende que todos os “característicos peculiares do povo, todos os seus hábitos e o próprio tipo de

constituição física” teriam “rigorosa correlatividade com as circunstâncias particulares do meio”. O clima frio imprimiria “tom especial à fibra do habitante” sulino (ASSIS BRASIL, s.d., p. 34). Seu ufanismo é extremado: no relativo ao “solo”, o Rio Grande do Sul seria, no Brasil, “um mundo à parte”. A província teria veios preciosos de ouro, de prata, de “todos os minerais de mais fecunda utilidade”, em “prodigiosa abundância”. Radicaliza a ênfase de Alcides Lima sobre singularidade étnica sulina, plasmada pelo “meio cósmico” único. Dedicava amplo espaço às etnias fundadoras – o “açoriano”, o “português”, o “paulista”, o “mineiro”, algum “espanhol”, poucos africanos e ainda menos nativos (ASSIS BRASIL, s.d., p. 11, 19, 21).

Reconhece que, nos anos 1830, “o sangue etiópico” já penetrara na “massa da população”, porém, sem “quantidade eficiente que acentuasse” uma “influência decisiva”. Nessa época, os americanos já haviam praticamente desaparecido, subsistindo apenas “caboclos puros na sua quase totalidade”. Na “população rio-grandense”, o “elementos africano e autóctone” teriam exercido “ação quase nula”. Os “atributos físicos” e “morais” superiores do rio-grandense em relação ao “nortista” e ao “caipira” paulista seriam produto da ação direta e indireta do meio – clima singular, alimentação à base da carne etc. (ASSIS BRASIL, s.d., p. 26, 29, 31 e 40).

Também para Assis Brasil a carne do gado abundante alimentaria o “rico” e o “pobre”. A fazenda pastoril, de “fácil aquisição”, nivelaria em geral “as condições de fortuna”, ensejando o trabalho tido pelo “gaúcho” como “divertimento”. A “lida” pastoril, “bárbara e ferosa”, seria comparável aos “ásperos trabalhos da guerra”. Sua conclusão sobre o Sul é peremptória: “[...] não há província tão diversa do resto do país – [...] que rigorosamente não tem com qualquer das suas irmãs exato ponto de coincidência geográfica ou etnográfica” (ASSIS BRASIL, s.d., p. 37, 42, 48).

### O primeiro tradicionalista

João Cezimbra Jacques nasceu em Santa Maria, em 1849, de família de raízes rio-grandenses, catarinenses e baianas. Ingressou jovem na carreira militar; participou da guerra contra o Paraguai; cursou e integrou o quadro de instrutores das academias militares do Rio Grande do Sul. Era positivista fundador do Partido Republicano Rio-Grandense. Organizou o Grêmio Gaúcho, em Porto Alegre, em 1898, para cultuar o campeirismo. Para o positivismo comtiano havia raças diferentes, e não superiores e inferiores, devido às diversas dominâncias da inteligência, afetividade e atividade. Os “negros” seriam superiores aos “brancos” no senti-

mento e inferiores na inteligência. Os “amarelos” seriam superiores a ambos na atividade e inferiores na inteligência e afetividade (JACQUES, 1979, p. 78-79).

Indigenista e protetor dos nativos, Cezimbra Jacques possuiria traços indiáticos. Falava francês, guarani e um pouco o caingangue. Em seu livro *Costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica*, publicado em 1883, a apresentação geográfica limita-se às referências laudatórias tradicionais. O destaque dado à importância dos “primeiros habitantes” para a formação da sociedade rural e urbana sulina contrapõe-se à leitura de Alcides Lima e Assis Brasil. Cezimbra Jacques empreende sobretudo uma apresentação das principais “povoações”, mais próxima do projeto de Chaves e Dreys, assinalando a grande incidência de cativos nos levantamentos estatísticos. Descreve e analisa sobretudo a “população”, o “gaúcho” e as “estâncias”, abordando os “divertimentos”, as “danças”, a “poesia”, o “vocabulário” etc. (MARIANTE, 1979, p. 9-11).

### Origem pura

Ao apresentar informações estatísticas, assinala a importância da população escravizada. Mas propõe que “[...] os negros africanos, que o egoísmo [...] impeliu aos traficantes a abusarem da natural inferioridade moral dessa raça para introduzi-los não só nesta província em pequeno número, como em maior, nas outras partes do Brasil e de toda a América [...]” (JACQUES, 1979, p. 15, 20, 38). Desqualifica numericamente a introdução no Sul do africano, em relação ao resto do Brasil, e sua qualidade racial, e propõe que ele “muito pouco” teria se “combinado com os brancos, devido a uma natural repugnância na aproximação dos sexos [...]” (JACQUES, 1979, p. 45).

Concordando parcialmente com o racismo científico, propõe que os “rio-grandenses herdaram” os dotes raciais hereditários excelentes dos “paulistas”, “mineiros”, “açorianos”, “lagunenses”, “espanhóis” e “índios tapes e minuanos” e não tiveram sua qualidade racial rebaixada pela influência africana. Assinala que os “biologistas” definiam como “hereditarietà” a “lei natural” que determinava que as “espécies animais herdavam todas as qualidades morais e físicas” de seus “progenitores”. Às determinações raciais junta as influências do meio, clima e alimentação. A alimentação baseada no “leite de vaca, na carne do gado vacum” e as práticas pastoris teriam contribuído para a força e nobreza do sulino (JACQUES, 1979, p. 47).

Apoiando-se em Dreys, disserta sobre o gaúcho, habitante da campanha, descendente sobretudo de “tapes e minuanos”, comumente miscigenados com o português, integrando-o ao mito fundador da sociedade sulina. Reafirma que a carne farta livrava a população da necessidade econômica e empreende valiosa descrição das práticas pastoris, vistas romanticamente como tarefas duras e lúdicas, das quais não aliena a contribuição do cativo campeiro. Não desenvolve, como Alcides Maia e, sobretudo, Assis Brasil, a defesa da singularidade e excelência das condições de vida sulina devidas à democracia pastoril (JACQUES, 1979, p. 66, 47, 63 e 65).

#### HISTÓRIA E MITO: DEMOCRACIA PASTORIL E PUREZA ÉTNICA NO RIO GRANDE DO SUL

Na primeira metade do século XX, quando o novo bloco político-social republicano estabelecera sua hegemonia sobre o Sul, dois intelectuais, um de orientação castilhistas, o outro de raízes liberal-pastoris, apresentaram interpretações sociológicas organicamente consolidadas que defendiam a singularidade da formação social sulina, apoiados nos mitos da democracia pastoril, da produção sem trabalho, da qualidade étnica regional, da alienação do afro-sulino e da formação sulina.

Rubens de Barcellos nasceu em 1896, em Porto Alegre, onde se formou em Direito. Filho de comerciante de posses, dedicou-se aos estudos históricos, sociológicos e literários. Morreu em 1951. Mansueto Bernardi e Moysés Vellinho editaram uma coletânea de seus trabalhos (BARCELOS, 1955). O “esboço da formação social do Rio Grande do Sul” (p. 20-38) integra pioneiramente, em forma orgânica, os grandes movimentos socio-produtivos sulinos, segundo o receituário republicano-positivista. Sua interpretação apóia-se claramente na obra *Facundo*, de Domingo Faustino Sarmiento.

Barcellos assinala a gênese do Sul lusitano em torno das primeiras fazendas de criação, nascidas após a fundação de Sacramento, em 1680. Destaca a chegada, o estabelecimento e a contribuição dos colonos açorianos, fiéis, trabalhadores e ordeiros, de sangue puro e “indene” à “mescla” racial, que originaram no Sul uma sociedade disciplinada e hierarquizada, em torno dos burgos militares, referências do poder real lusitano. Em antagonismo com essa povoação do Leste, teria surgido na Campanha uma “classe numerosa de aventureiros que, abandonando a existência afanosa da labuta agrícola, entregava-se ao nomadismo sedutor da preia de gado nas linhas da fronteira”.

A interiorização se fortaleceria, desde 1780, com a fundação das charqueadas. A população rural de origem lusitana, militares e alguns “castelhanos” teriam originado a classe dos senhores de “extensas fazendas”, exploradas por “agregados” e “peões”. Essas “massas rurais, afastadas da disciplina”, localistas, centrífugas, encarnavam “o espírito territorial”, oposto ao centralismo “reinol”. Com a crise da produção tritícola, o mundo pastoril dominara o Sul. Barcellos radicaliza as referências laudatórias, apresentando os trabalhos pastoris como “diversão”, destacando que parte da sociedade não conheceria diferenças de classe.

### Fontes eruditas

Barcellos propõe que entre as “causas igualmente poderosas” da fraternização pastoril encontrava-se a “quase ausência da escravidão” no pastoreio. Escuda-se em Sarmiento para propor que a produção pastoril “não tem o caráter regular, obrigatório e necessário, do trabalho da lavoura ou da fábrica”, já que os “pastores” apoiariam-se não na escravidão dos homens, mas na “escravidão do gado”, para livrarem-se do trabalho.

A fazenda pastoril aproximaria fazendeiros e peões. “Fora dos momentos de atividade intensa do desporto guerreiro dos rodeios, o pastor rio-grandense é um ocioso.” A oposição entre a população ordeira fiel da cidade e o mundo rural centrífugo seria superada, desde 1824, com o ingresso por uma nova “raça” de “germanos louros, persistentes e laboriosos”, seguidos por outros europeus, que retomariam o arado abandonado pelo açoriano.

O impulso agrícola europeu se faria sentir na indústria e comércio. A massa de imigrantes estaria “se amalgamando, lentamente, de geração em geração, no nosso corpo social”, difundindo “a própria civilização ocidental”. Sob o domínio econômico e demográfico da produção colonial-camponesa, a Campanha se subsumiria ao “industrialismo contemporâneo”, transformando-se em “estabelecimentos meramente industriais”.

Barcellos integra a narrativa tradicional latifundiário-pastoril da formação social sulina singular à nova leitura do Sul, como sociedade de trabalhadores, industriais e ordeiros, de origem européia, com crescente destaque para os imigrantes que realizariam o destino industrial sulino, prognosticado pela sociologia republicano-positivista. O cativo é expurgado do cenário social e histórico, como o faria, logo, a síntese pictórica de Aldo Locatelli (BARCELLOS, 1955, p. 20-38).

## O elogio de Salis Goulart

Desde meados do século XIX, ideólogos do “racismo científico” e do “darwinismo social” impugnavam as possibilidades de progresso do Brasil, em razão de sua população mestiça e negra. Na Primeira República, intelectuais de destaque defenderam a superação do *handicap* étnico do Brasil através do branqueamento promovido pela imigração. A partir de 1889, a conquista pelo Partido Republicano Rio-Grandense da hegemonia sobre o Rio Grande do Sul dera-se em parte devido ao apoio da região serrana. Na Revolução de 1923, o Partido Republicano Rio-Grandense obteve sua definitiva vitória sobre a oposição liberal-pastoril.

José Salis Goulart nasceu em Bagé, em 1899, e faleceu em Pelotas, em 1934. Escreveu ensaios de poesia, ficção, política e sociologia. Em 1927, lançou *A formação do Rio Grande do Sul*, uma apologia sociológica do passado sulino, visto como produto singular das determinações do “meio”, de “raça” e “sociais”. O livro retomou os mitos da democracia e produção pastoril sem trabalho, aos quais agregou a proposta do caráter benigno da escravidão e do destino excelente do Sul devido à “pureza étnica” (GOULART, 1978, p. 199).

Goulart reconhece o retrocesso pastoril diante da propriedade colonial. Alfinetando o borgismo vitorioso em 1923, afirma que a “democracia e a liberdade” seriam “necessidades vitais do gaúcho”, já identificado ao fazendeiro. O desaparecimento inicial da pequena propriedade agrícola teria levado o homem pobre a incorporar-se à fazenda, em torno de um “chefe” que manteria “ligações amistosas” e trabalharia ao lado do subordinado. O “povo” sulino desconheceria a “atitude humilde” das “populações centrais” pobres. A “abundância” de “carne” impedia que o Sul conhecesse os “bandos de gente faminta, a procurar trabalho” por qualquer sustento, ensejando que o “trabalhador do campo” servisse “espontaneamente” o patrão, “seu amigo e, por assim dizer, seu igual” (GOULART, 1978, p. 27-29, 35 e 41).

A fazenda organizaria radicalmente a sociedade. Aqueles que não “possuíam latifúndios” conheciam comumente a “separação e a dissolução” das “famílias”. Dominadas pelo campo, as cidades não conseguiam formar classes que “ofuscassem a população rural”. A vida na fazenda era uma “festa contínua”, e a vida do gaúcho, romântica e bucólica. O autor supera retoricamente o paradoxo da convivência da escravidão e da democracia pastoril ao propor que o “espírito democrático” campestre formara-se antes da “grande introdução do elemento negro” (GOULART, 1978, p. 31, 35, 48, 83).



## Clima e raça

O caráter benigno da escravidão sulina se devia também ao fato de que o clima sulino, favorável ao europeu, garantia à “raça dominante” “superioridade de cultura e de aptidões” sobre as “outras”. No Sul, os “dominantes” não necessitavam “tiranizar os dominados”, pois a “sua superioridade era natural, harmoniosa em tudo”. Profundamente “generoso, o rio-grandense soube tratar os escravos [...] com muito maior brandura do que em outros pontos do Brasil”.

Goulart escreve um capítulo específico sobre o “problema das raças” no Sul, onde a hierarquia racial era um dado científico, e a “mestiçagem” representava um “papel importante na gênese dos acontecimentos sociais”, ao produzir um ser biológico “inferior a qualquer dos seus genitores”. Retomando de Oliveira Vianna a proposta de que, no Sul, o “elemento branco teria predominado de modo notável”, defende que esse “contingente de raça branca, fundido com menor coeficiente de sangue indígena e africano”, garantiria o destino sulino (GOULART, 1978, p. 107).

Ao empreender uma limpeza étnica no passado sulino, Goulart reconhece a importante contribuição do nativo à população inicial e sugere que a “grande mortandade” dos nativos seria decorrente da “vida irregular que levavam”. A “sífilis”, o “álcool” e a “varíola” teriam-nos dizimado, permitindo a “predominância incontestável” do “sangue branco”. As estâncias trabalhavam com poucos braços, e as “zonas de intensa agricultura” e os “centros de fabricação de charque” exigiam “escravaria numerosa”. O “sangue negro” teria desaparecido “bem depressa”, no Sul, “confundindo-se no sangue branco”. A população sulina seria em 85% “ariana” (GOULART, 1978, p. 179-180).

Convinha, pois, saudar a “vantagem” do “Sul” por ter tido, sempre, “coeficiente branco maior do que o negro ou índio”, o que lhe assegurara a “fisionomia” “européia, cheia de humanismo, de generosidade, de probidade”. As qualidades dos “elementos superiores” garantiam-lhes a capacidade de “guiar para o bem os inferiores [sic], evitando que estes se desmandassem, enquadrando-os dentro de objetivos perfeitamente sociais”. O futuro ridendo do Sul estaria garantido. Com “afluxo sempre maior e cada vez mais crescente do sangue europeu”, os “mestiços” tenderiam a “retornar, pelo fenômeno de regressão atávica, ao tipo branco”. “A grande massa branca que possuímos guiará para destinos superiores o povo gaúcho, elevando-o a uma alta posição no seio da comunidade brasileira” (GOULART, 1978, p. 107, 170, 188).



## Pelos caminhos traçados

De 1937 a 1945, a ditadura do Estado Novo impôs um profundo consenso cultural nacional-conservador sobre o Brasil. No Sul, o novo regime não causou rupturas estruturais no que se refere à *intelligenza* rio-grandense, pois, em boa parte, apenas nacionalizou a ordem castilha-borgista regional, que inspirara a própria gênese do Estado nacional autoritário. Nas décadas seguintes, ensaístas sulinos – Moisés Vellinho, Manoelito de Ornellas, Amyr Borges Fortes, Riograndino da Costa e Silva, Souza Docca, Arthur Ferreira Filho e outros – apresentaram, metodicamente, o Sul como produto quase exclusivo do trabalho livre, sobretudo de origem lusitana, divergindo quanto à presença do cativo e do nativo. À exceção de alguns renitentes como Moisés Vellinho, abandonou-se o argumento racista explícito, devido à derrota do Eixo, pela negação da contribuição do africano, do afrodescendente e do nativo à construção do Sul (GERTZ, 2005, p. 128 et seq.).

### A RESTAURAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO CATIVO SULINO

Nos anos 30, eram fortes no Brasil as teorias deterministas geográficas e racistas, fortalecidas pelas vitórias do fascismo na Europa. Desde meados do século XIX, pensadores nacionais e internacionais hipotecavam o futuro do Brasil devido à conformação racial “inferior” de seu povo, afixando o monopólio da gestão republicana pelas elites brancas. O ingresso das classes populares na arena mundial e nacional questionava essas narrativas. Gilberto Freyre resolveu essa impugnação racial com a interpretação apresentada em *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mombos*, que justificava a mestiçagem como necessária à fundação de uma civilização ocidental nos trópicos. Sua narrativa adocicava a escravidão e hierarquizava racialmente o mundo luso-afro-brasileiro. Sobretudo *Casa-grande & senzala* tornou-se uma interpretação oficiosa da história e das relações raciais no Brasil. De certo modo, Freyre despertou a *intelligenza* da época para as raízes escravistas e africanas do Brasil.

Sob a influência de Freyre, o advogado Dante de Laytano empreendeu a primeira investigação multifacetada sobre o negro no Rio Grande do Sul. Laytano nasceu em 1908, em Porto Alegre, filho de imigrantes italianos. Formou-se em Direito, foi professor de Filosofia, Literatura e História em instituições secundárias e universitárias, diretor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Museu Júlio de Castilhos, membro do Instituto Histórico e

Geográfico do Rio Grande do Sul. Nos anos 1930, simpatizava com o fascismo e colaborou com o Estado Novo. Faleceu, em Porto Alegre, em 2000.

Laytano publicou uma vasta produção literária, lingüística, histórica, etnográfica, folclórica, de cunho eclético. Em 1936, publicou um artigo sobre o negro no Rio Grande do Sul, “Os africanismo no dialeto gaúcho”, no n. 62 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* e, em 1937, “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, nos *Anais do II Congresso de Estudos Afro-Brasileiros de Salvador*. Três anos mais tarde, apresentou a comunicação “Como viu Saint-Hilaire o negro no Rio Grande do Sul”, no II Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense. Em 1942, publicou o capítulo “Alguns aspectos da história do negro no Rio Grande do Sul”, no livro *Imagem da terra gaúcha*, da Editora Globo.

No artigo de 1937, registra sua aproximação confusa e eclética à história do Rio Grande do Sul, a parcial consciência da importância do cativo, devido aos dados estatísticos e a aceitação das teses da democracia pastoril. Sua comunicação de 1957 constituiu o estudo mais acabado da época sobre a importância do negro no Sul, sempre apoiado em dados estatísticos. O estudo analisa também 72 casas de cultos afro-brasileiros da capital, submetidas totalmente à “força espiritual da mitologia sudanesa”.

Laytano destaca o trabalho cativo na triticultura, na charqueada, secundariamente na fazenda, e sua ausência na colônia alemã. Refere-se à libertação de cativos “do pastoreio” para lutarem na “cavalaria”, e “agrícolas”, na “infantaria”, na Guerra Farrapa. Destaca o espírito libertário dos farroupilhas e o fato de o Império ter libertado os negros que desertaram. Serve-se das observações de Saint-Hilaire e, sumariamente, de Dreys e de Arsene Isabelle, para registrar o trabalho cativo no comércio, nas fazendas, nas plantações, nas residências, nas tropas, nas charqueadas. Assinala as referências de Saint-Hilaire e Dreys ao bom tratamento e desanica a ênfase de Isabelle sobre os maus-tratos do cativo no Sul, sem abonar a tese da “escravidão feliz”. Aborda as lendas, causos, tradições e registros literários sulinos sobre o cativo. O trabalho registra sua concordância com a visão de Freyre sobre a capacidade física e afetiva do “negro”, sua superioridade ao “indígena” e sua inferioridade ao “branco”. Comprova a importância do cativo no Rio Grande do Sul e estabelece um roteiro de investigação para importantes aspectos da escravidão sulina.

Fernando Henrique Cardoso

Os estudos de Laytano não fizeram escola. Foi a partir do projeto de investigação das relações raciais no Brasil, desenvolvido pela Escola Paulista de Sociologia, que Cardoso publicou, em 1962, sua tese de doutorado pela Difel, de São Paulo – *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Baseado em fontes primárias impressas, o trabalho constituiu a primeira leitura científica geral da escravidão sulina. O livro destaca a importância da escravidão no Rio Grande do Sul; critica a “democracia pastoril” e a “escravidão benigna”; centra seu enfoque na produção charqueadora, já que procurava discutir, sobretudo, os empecilhos postos pela escravidão – “capitalismo incompleto” – ao desenvolvimento da economia moderna, dificuldade que o autor explica como produto da incapacidade dos charqueadores de abandonarem a mentalidade escravocrata. A fusão do marxismo, do weberianismo e do funcionalismo levaram-no a ignorar o cativo como protagonista do passado sulino e a fazer uma referência telegráfica das suas formas de resistência.

Após Cardoso, abriu-se novo hiato nos estudos sobre o escravismo sulino, em parte devido ao golpe de 1964. Em 1976, quando da celebração oficial do Biênio da Colonização e Imigração Ítalo-Tedesca no Rio Grande do Sul, o major Cláudio Moreira Bento realizou uma recompilação geral dos passos do cativo no Rio Grande do Sul, em sentido integracionista, sem preocupações conceituais – *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul*. Nos seis capítulos, são abordados “aspectos da presença do negro no Brasil”, o “negro no Rio Grande do Sul”, nos diversos momentos da história sulina – 1635-1735; 1737-1822; da Independência à Guerra Farroupilha; de 1851-1870; “do abolicionismo à atualidade”. Em 1977, Nestor Ericksen publicou, junto com o trabalho sobre a imprensa, sua conferência de ingresso no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – “O negro no Rio Grande”.

Verônica Aparecida Monti defendeu, em 1978, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a dissertação *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*, publicada em 1985. Dedicado à libertação de 1884, o trabalho destaca a evolução do ideal emancipacionista, de cunho humanitário, como razão do movimento, não se constituindo em estudo sobre a escravidão propriamente dita. O trabalho abre-se com uma breve discussão sobre a introdução e resistência do cativo e sobre a gênese do sentimento abolicionista no Brasil. No segun-

do capítulo, “Negro no Rio Grande do Sul”, Monti aborda a entrada, a quantidade, a qualidade e a origem do cativo no Brasil e no Sul, registrando a presença precoce do cativo na triticultura, na charqueada, nas cidades sulinas. Propõe a presença e reafirma a pouca importância do cativo na fazenda pastoril.

O terceiro capítulo aborda o objeto da pesquisa: a abolição da escravatura sulina em 1884. Refere-se aos precursores individuais e coletivos do movimento e à “Paz de Ponche Verde” dos farroupilhas libertários. Dedicar o quarto capítulo à “expansão da idéia” abolicionista, com destaque para o Partenon Literário, imprensa e literatos. No capítulo “A marcha e a repercussão do movimento”, discute a “distribuição do elemento negro” no Rio Grande do Sul; a “irradiação popular do movimento” no Brasil, em Porto Alegre e no interior da província, após a Fala do Trono de maio de 1884; os “clubes abolicionistas” e os “partidos políticos diante da abolição”. Conclui com a discussão dos “efeitos do movimento de 1884”. No trabalho, é forte a influência do estudo de Laytano de 1957.

Monti aborda o movimento de 1884 como produto de sentimento humanitário que conquistara os proprietários sulinos após o pronunciamento de Dom Pedro, sob o ministério liberal. Realiza quase uma transcrição textual das narrativas dos jornais provinciais, principal fonte do trabalho, sem registrar a obrigação de prestação de trabalho gratuito dos libertados. Na longa abordagem, não há registro da luta abolicionista e de seu reflexo entre os cativos. O trabalho utiliza a bibliografia tradicional, dos anos 1930-1950, sem referências à nova historiografia sobre a escravidão e a abolição. Sobre o Rio Grande do Sul, serve-se sobretudo do trabalho de Nestor Ericksen e não utiliza o de Cardoso.

### Abolição e positivismo

Em 1982, Margareth Bakos apresentou, na Pontifícia Universidade Católica, uma dissertação sobre a abolição da no Sul, apoiada sobretudo nos jornais do Império, publicada sob o título *Rio Grande do Sul: escravidão e abolição*. O livro possui cinco capítulos – “O escravo na formação social sulina”, “O Rio Grande do Sul no contexto sócio-econômico do II Império”, “O processo de abolição e os partidos políticos”, “O processo de abolição e os republicanos positivistas”, “O processo da abolição e a imprensa”. Bakos visita a nova historiografia da escravidão. Favorece seu trabalho a edição, em 1975, do clássico de Robert Conrad – *Os últimos anos da escravatura no Brasil*.

Apresenta uma bibliografia mais rica sobre o Rio Grande do Sul que a de Monti, permitindo a superação de narrativas ideológicas, como o abolicionismo farroupilha e a abolição de 1884. Bakos praticamente não se refere ao estudo de Monti e registra que aquele movimento condicionou a emancipação do cativo à prestação gratuita de serviços. A redemocratização do país, o novo ativismo sindical e os novos enfoques materialistas da escravidão refletem-se na pesquisa, que se serve, sobretudo formalmente, de categorias como “formação social” e “modo de produção”.

Bakos estabelece um paradoxo em seu trabalho. Por um lado, registra que “quatro anos antes da abolição”, o Rio Grande do Sul encontrava-se “entre as províncias de maior população escrava no Brasil”; que na província havia uma “resistência socialmente determinada a abolir a escravatura local”; que a divisão dos republicanos sobre o abolicionismo devia-se a causas econômicas. Por outro, defende a pouca importância econômico-social da escravidão, na última década da instituição, afirmando que a disputa abolicionista tratava-se sobretudo de questão partidária. Essa contradição contribui para que seu trabalho, como o de Monti, desenvolva-se sobretudo no plano da análise da vida político-partidária e superestrutural, sem inserir o cativo como sujeito e objeto da disputa. Nos fatos, seu objeto é elucidar a ação de liberais, conservadores e republicanos sulinos no abolicionismo (BAKOS, 1982, p. 10-19).

### O cativo como protagonista

Em fins dos anos 1970, o Brasil ingressa em momento histórico singular, com importante influência nas ciências sociais. No contexto da crise geral do capitalismo de 1970, o renascimento da luta sindical influenciou a mobilização pela democratização do país. A fundação do PT (1980) e da CUT (1982), em sentido classista, registrou a centralidade que o mundo do trabalho ocupou no processo. Nesses anos, como parte da superação da vulgata stalinista e do renascimento da reflexão marxista, desenvolveram-se reflexões sobre os múltiplos modos de produção. Flamarion Cardoso publicou artigos sobre o “modo de produção: em 1973, escravista colonial”, e, em 1978, Jacob Gorender publicou uma reflexão apresentada, sob forma de crítica categorial-sistemática, intitulada *O escravismo colonial*, que alcançou grande sucesso.

Em 1980, Mário Maestri, nascido em Porto Alegre, em 1948, que vivera afastado do Brasil por sete anos, apresentou sua tese de douto-

ramento *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*, na UCL, Bélgica, onde se graduara em História. O trabalho foi publicado, sob o mesmo título, na sua quase integralidade, em 1984, pela EST, de Porto Alegre. Ele procurava apoiar-se epistemologicamente no marxismo e objetivava colocar o cativo como eixo interpretativo da história sulina. Seus grandes objetivos eram: comprovar a contribuição do cativo na formação sulina; assinalar a centralidade da produção charqueadora no processo; e investigar a resistência escrava sulina, uma realidade então ignorada. Em 1984, propostas da investigação foram apresentadas em *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*, da Brasiliense (na Coleção Tudo é História).

Em 1983, Berenice Corsetti defendeu na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação de Flamarion Cardoso, a dissertação de mestrado *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*, uma interpretação de cunho materialista, de alta qualidade analítica e documental, que, lamentavelmente, não foi publicada. Nesses anos, historiadores sulinos abordaram aspectos do escravismo rio-grandense – Moacyr Flores, Rafael Copstein, Sérgio da Costa Franco, Paulo Xavier, Riopardense de Macedo e outros. Em 1979, Spencer Leitman publicou em português sua tese de doutoramento, na qual enfatizou o caráter não-abolicionista dos farrapos e o sentido do massacre dos soldados negros em Porongos.

As vastas celebrações do I Centenário da Abolição, em 1988, deram-se no contexto da institucionalização do país, em 1985, e do dinamismo do mundo do trabalho, que contribuíram para o desenvolvimento do interesse pela história da escravidão. Devido à falta de um pólo universitário de pesquisa sobre o tema e a visão da escravidão como fenômeno marginal, no Rio Grande do Sul, os atos comemorativos não tiveram a dimensão nacional, constituindo mais um ponto de partida do que um momento de aceleração das investigações sobre o tema.

Foram realizados levantamentos de fontes da escravidão regional – *Abolição e república: Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: EST) – e, em 1987, da legislação sobre a escravidão – *O processo legislativo e a escravidão negra na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: fontes* (Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul). O número 125 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* publicou artigos sobre a escravidão de Arthur Rebuske, Dante de Laytano, Earle Macarthy Moreira, Riopardense de Macedo, Moacyr Flores, Raphael Copstein, Ruben Neis, Sérgio da Costa Franco.

## Núcleo de História Social da Escravidão

Desde 1989, Maestri introduziu, como professor do Mestrado em História da PUC-Rio Grande do Sul, uma linha de pesquisa sobre a escravidão, a partir de Núcleo de História Social da Escravidão (NHSE), que materializou o novo interesse sobre o tema. Como parte desse movimento, foram defendidas dissertações de mestrado e teses de doutoramento referentes à escravidão, sobretudo sulina, centradas na contribuição do trabalhador escravizado e seu descendente na formação sulina.

Em dezembro de 1992, Agostinho Mário Dalla Vecchia defendeu a dissertação de mestrado *Os filhos da escravidão: memória dos descendentes de escravos da região meridional do Rio Grande do Sul*, publicada, em 1993, pela EdiUFPel. O trabalho, pioneiro no registro da memória afro-sulina, apoiou-se em 32 depoimentos de antigos domésticos, peões, agregados, “filhos de criação”, negros pelotenses. Como a maioria dos depoentes declarou serem “filhos de criação”, Dalla Vecchia empreendeu, também na PUC, sua tese de doutoramento sobre esse fenômeno, comum às famílias afrodescendentes na pós-abolição. Na tese *As noites e os dias: elementos para uma economia política da forma de produção filhos de criação* (1997), publicada, em 2001, pela EdiUFPel, ele apresenta os elementos essenciais de economia política dessa forma de exploração.

Em maio de 1993, a arquiteta Ester Judite Bendjoya Gutierrez defendeu a dissertação *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre a evolução do núcleo charqueador pelotense (1780-1888)*, publicada em 1993, pela EdiUFPel. No trabalho, ela define a tipologia espacial, construtiva e funcional das unidades charqueadoras escravistas, sua mão-de-obra, o entorno produtivo e habitacional, comprovando que muitas charqueadas possuíam olarias, onde os cativos trabalhavam na entressafra. O provável uso intensivo do cativo na construção civil ensejou que desenvolvesse e concluísse, também na PUC, em 1999, sua tese de doutoramento sobre o tema, que abordou, entre outros aspectos, as tipologias da arquitetura urbana erudita e a mão-de-obra utilizada nos canteiros da cidade, com destaque para os cativos, ocupados nos trabalhos mais duros e sujos. As condições de existência e saúde da população cativa foram abordadas no trabalho, publicado, em 2004, pela EdiUFPel, *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*.

Em 1991, também preocupado com a contribuição do cativo à construção civil no Sul, o historiador e arquiteto Gunter Weimer empreendeu um vasto levantamento nos anúncios de jornais sobre cativos de



Porto Alegre. Ainda que a fonte escolhida tivesse sido avara sobre os dados procurados, a investigação – *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: Sagra/EdiUFRGS) – forneceu uma preciosa informação sobre a população cativa, com destaque para o cativo fujão.

### Escravidão urbana

Na PUC do Rio Grande do Sul e no Núcleo de Estudos Históricos e Lingüísticos (NEHL), foram concluídos quatro trabalhos sobre a escravidão urbana no Rio Grande do Sul. Em junho de 1993, Ana Simão Folkembach defendeu a dissertação *Resistência e acomodação: aspectos da vida servil na cidade de Pelotas, na primeira metade do século XIX*, publicada na Coleção Malungo, da Editora de Passo Fundo, em 2002. O trabalho abordou as manumissões, a família escravizada, as resistências, a sexualidade, a saúde dos cativos, bem como as relações entre livres, forros e escravizados. Em junho de 1993, Rita Gattiboni defendeu o trabalho *Escravidão urbana na cidade de Rio Grande*, em que, a partir sobretudo das cartas de alforria (1874-1879 e 1884-1885), dos relatórios dos presidentes da província e anúncios de jornais, discutiu as condições de existência dos cativos em Rio Grande.

Em abril de 1994, Valéria Regina Zanetti Almeida defendeu a dissertação *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*, publicada, em 2002, na Coleção Malungo. O trabalho reafirmou a importância do cativo na capital, como artesão, doméstico, cativo de aluguel, ganhador etc. Valéria enfatizou o cotidiano da população liberta e escravizada – condições de trabalho, existência de relações interpessoais. Em maio de 1994, Carmen Lúcia Santos Castro apresentou a dissertação *Ferro de brasa, tacho de cobre, puxados úmidos: cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre: século XIX*, sobre o duro cotidiano da mulher cativa, na capital sulina, nas moradias, ruas, quartos de aluguel, como amas-de-leite, lavadeiras, cozinheiras.

Em setembro de 1994, o economista Solimar Oliveira Lima desenvolveu, na PUC-RS/NHSE, a dissertação *Resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul: 1818-1883*, editada pela PUC-IEL, em 1998, e reeditada na Coleção Malungo, em 2006. Esse trabalho se apóia no estudo dos processos de 131 cativos, julgados por uma junta criminal de Porto Alegre, sendo condenados a trabalho forçado, degredos, galés perpétuas e enforcamentos, bem como a mais de 40 mil açoites. O trabalho traça um fino quadro dos rigores e das condições de vida na escravidão



sulina. Em 1994, Marco Antônio Lírio de Mello publicou *Revistas, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas* (Pelotas: EdiUFPel). Em janeiro de 1995, Lúcia Pereira defendeu a dissertação *Fábulas de escravos e libertos no cenário da justiça em Porto Alegre – 1870-1888*, sob a orientação da Dra. Bakos, voltada para a análise, através dos processos judiciais, da “atuação do negro na sociedade escravista em desagregação”.

Em maio de 1995, Jorge Euzébio Assumpção defendeu a dissertação *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)*, na PUCRS-NHSE, em que, através sobretudo do levantamento dos inventários *post-mortem* de charqueadores pelotenses, traçou um quadro cinético do cativo charqueador no período estudado – origem, idade, profissão, masculinidade. A resistência do cativo foi também estudada. No mesmo ano, Fernando Seffner organizou a obra coletiva, *Presença negra no Rio Grande do Sul*, com artigos sobre a escravidão e a cultura negra no Brasil e, sobretudo, no Sul (Cadernos Porto & Vírgula, 11). Em 1996, Paulo Moreira publicou *Faces da liberdade, máscaras do cativo: experiências de liberdade e escravidão*, na EdiPUCRS, com base nas cartas de alforria, no período de 1858-1888.

#### Estudos escravistas nos anos 90

A realização, na PUC, em outubro de 1990, do I Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra registrou o dinamismo vivido pelos estudos escravistas na época. Vinte e quatro comunicações inscritas no simpósio abordaram aspectos do escravismo sulino: alforria, arquitetura, charqueadas, contratos, criminalidade, fontes, memória, infância, mulher, resistência. As comunicações foram publicadas na *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-Rio Grande do Sul*, v. XVI, n. 1-2. Em 1992, o II Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra e de Índios deu continuidade ao movimento, sem que os anais fossem publicados.

Em 1994, Paulo Zarth defendeu a tese de doutoramento, na Universidade Federal Fluminense – publicada apenas em 2002, pela EdiUnijuí – *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Nesse ensaio de interpretação geral da formação sulina, o autor dedica um amplo espaço à escravidão, chamando a atenção para o trabalho cativo nas fazendas, constatado nos inventários *post-mortem*. O tema ainda não abordado sistematicamente constituía a principal lacuna que dificultava a definição do caráter estruturalmente dominante da produção escravista no Rio Grande do Sul.

Em meados dos anos 90, as investigações sobre a escravidão brasileira e sulina conheceram um claro refluxo, devido sobretudo às novas condições político-ideológicas gerais. A anterior vitória mundial da ofensiva neoliberal afetou profundamente as ciências sociais, quanto aos objetos de estudo e as opções epistemológicas, desvalorizando as interpretações de cunho social e estrutural. No Sul, esse fenômeno foi aprofundado pela desmobilização da linha de pesquisa sistemática sobre a escravidão na PUC-Rio Grande do Sul. Em agosto de 2000, Cláudia Mortari defendeu a dissertação *Os homens pretos do desterro: um estudo sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1840-1860)*, naquela instituição, diretamente relacionada com a escravidão.

#### RETOMADA DOS ESTUDOS ESCRAVISTAS

Em inícios de 2000, os estudos sobre a escravidão sulina conheceram nova retomada, devido a múltiplas razões, entre elas, o desenvolvimento dos programas de pós-graduação e o ativismo do movimento negro. Assim sendo, os pesquisadores prosseguiram as investigações ou concluíram pós-graduação sobre o tema. Maestri publicou, em 2001, *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista – o caso gaúcho, sobre a escravidão e a arquitetura e vida urbana*. Em 2002, o mesmo autor publicou *Deus é grande, o mato é maior: trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul*, com artigos sobre os quilombos sulinos, a escravidão e o pastoreio. Ambos os livros foram publicados na Coleção Malungo. Moacyr Flores, editou, em 2004, *Negros na Revolução Farroupilha*, pela EST, de Porto Alegre, sobre, entre outras questões, os soldados negros farroupilhas.

Paulo Moreira defendeu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul a tese de doutoramento, em maio de 2001, publicada, em 2003, pela EST – *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. No Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, orientou as dissertações de mestrado de Raul Schefer Cardoso, *Capítulos de formação de um território negro: a escravidão rural no Vale do Caí (Rio Grande do Sul – 1870-1888)* (2005); de Vinicius Pereira de Oliveira, *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais (meados do século XIX)* (2005); e de Eliege Moura Alves, *Presentes e invisíveis: escravos em terras de alemães: São Leopoldo 1850-1870* (2004).

No Programa de Pós-Graduação em História da PUC, em 2000-2006, foram defendidas a tese de doutoramento do arqueólogo Cláudio

Baptista Carle, *A organização dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX* (2005), e as dissertações de Leticia B. Guterres, *Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livros, libertos e escravos: (Santa Maria: 1844-1882)* (2005); e de Roger Costa da Silva, editado em 2001: *Muzungas: consumos e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888)* (Pelotas: EdiUFPel). No Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, foram defendidas as dissertações de mestrado de Cristiane de Quadros de Bortolli, *Vestígios do passado: a escravidão no Planalto Médio Gaúcho (1850-1888)* (2003); de Leandro Jorge Daronco, *A sombra da cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul* (2006) e de Maria Beatriz Chinni Eifert, *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade* (2006).

O novo dinamismo dos estudos escravistas sulinos ensejou a organização, em 2005, de diversos encontros. Em 19-21 de outubro, o II Congresso Sul-Americano de História, na Universidade de Passo Fundo, contou com seminário especial sobre a escravidão. Em 26-28, realizaram-se o II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e um encontro na Faculdade de Osório (Facos), na mesma época. Simpósios e encontros regionais passaram a ter mesas dedicadas à escravidão.

Como assinalado, a Editora de Passo Fundo mantém, desde 2000, a Coleção Malungo, especializada em trabalhos sobre a escravidão, com destaque para o Rio Grande do Sul, já com doze títulos publicados e um no prelo ([www.upf.br/editora](http://www.upf.br/editora)). A editora publicou, em 2006, a dissertação de mestrado de Silmei Petiz – *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para além-fronteira (1815-1851)*.

As narrativas apologéticas do passado sulino apoiaram-se nos mitos da democracia pastoril e da produção sem trabalho e na proposta das raízes européias da população regional, ensejando que a historiografia sulina negasse quase totalmente a contribuição essencial do cativo africano e do afrodescendente no passado sulino. Nos últimos sessenta anos, a historiografia especializada constatou, no início, a forte presença do trabalhador escravizado no Sul, sem integrá-lo como elemento germinal dessa formação social. Em meados dos anos 1990, trabalhos voltaram-se para a discussão do cativo como elemento determinante do passado do Rio Grande do Sul, compreendido como uma formação social dominada pela produção escravista colonial. Após um breve hiato, as investigações foram retomadas, a partir de leque mais variado de centros de investiga-

ção, com o grande desafio de não se limitarem a incursões aleatórias de vocação cultural e antropológica que olvidem o necessário aprofundamento da determinação estrutural da antiga formação social rio-grandense pela escravidão, nos seus mais variados aspectos.

HISTORY AND HISTORIOGRAPHY OF THE WORKER ENSLAVED IN RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT: The article analyzes the minimizes and exclusion of the captives in the historiography's representations in the Empire and the Republic, despite its importance in the southern past. It argues the historiography restoration, and its direction, of 1930 until today, the paper of the african and captive afro-descendant in the South, from the main assays on the subject in portuguese.

KEY WORDS: historiography, slavery, history of the Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1882.

\_\_\_\_\_. *A Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Andersen, [s.d.].

BAKOS, Margaret M. *Rio Grande do Sul: escravismo & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARCELLOS, Rubens de. *Estudos rio-grandenses: motivos de história e literatura*. Coligidos e selecionados por Mansueto Bernardi e Moysés Vellinho. Porto Alegre: Globo, 1955.

BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Porto Alegre: Grafosul: IEL: DAC/SEC, 1976.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: ERUS, 1978.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Porto Alegre: Nova Dimensão; EdiPUCRS, 1990. (Rio de Janeiro, 1839).

ERICKSEN, Nestor. *O sesquicentenário da imprensa rio-grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1977.

FLAMARION CARDOSO, Ciro. El modo de producción esclavista colonial en América. In: ASSADOURIAN, C. S. et al. *Modos de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

- FRANCO, Sérgio da Costa. O livro e seu autor. In: CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Erus, 1978.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 16 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EdiUPF, 2005.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1978.
- GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: EST, Martins Livreiro; UCS Caxias do Sul, 1978.
- JACQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica*. (1883) Porto Alegre: ERUS, 1979.
- LAYTANO, Dante. Alguns aspectos da história do negro no Rio Grande do Sul. *Imagens da terra gaúcha*. Porto Alegre: Globo, 1942.
- LAYTANO, Dante. *Como viu Saint-Hilaire o negro no Rio Grande do Sul*. Comunicação apresentada no II Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, 1940.
- LAYTANO, Dante. O africanismo do dialeto gaúcho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 62.
- LAYTANO, Dante. O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS, 2. *Anais...* Salvador, 1937.
- LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes socioeconômicas da guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LIMA, Alcides. *História popular do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1935.
- MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984a.
- \_\_\_\_\_. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1984b.
- \_\_\_\_\_. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência, sociedade*. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2006.
- MARIANTE, Helio Moro. Perfil de um pioneiro. In: JACQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica* (1883). Porto Alegre: ERUS, 1979. p. 9-11.
- MONTI, Verônica A. *O abolicionismo: 1884: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins, 1985.
- PINHEIRO, J. F. F. *Anais da província de São Pedro: história da colonização alemã do Rio Grande do Sul*. 4 ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1978.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage à Rio-Grande do Sul (Brésil)*. Orléans: H. Herluison Libraire-Éditeur, 1887.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. [1845] Tradução de A. G. Schlee. Porto Alegre: EdUFRGS/EdiPUCRS, 1996.